

Jorge Martins Ribeiro¹

A importância do Bloqueio Continental para o futuro de Portugal e do Brasil

R E S U M O

O Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte, em Novembro de 1806, vai ter enormes repercussões no futuro de Portugal e do Brasil. De facto, a recusa de Lisboa em aderir às imposições de Napoleão vai levar a três intervenções armadas em Portugal metropolitano, entre 1807 e 1811. Estas, além de arruinarem o tecido económico e social português, vão ter enormes repercussões a vários níveis no período posterior ao fim da época napoleónica. Além disto, a partida da corte para o Brasil vai ser capital para o desenvolvimento desta colónia, pois desembocará em 1822 na declaração da sua independência, levando alguns historiadores a considerar que o rei D. João VI foi o “fundador da nacionalidade brasileira”.

Há cerca de 200 anos, Napoleão Bonaparte, depois de uma marcha relâmpago através do norte da Alemanha e após as vitórias de Jena e Auerstedt, promulgava em Berlim, capital da Prússia, um decreto declarando as ilhas britânicas em estado de bloqueio. Este, segundo François Crouzet, constituiu, sem dúvida nenhuma, uma viragem decisiva na política napoleónica, além de que marcava, na luta económica contra a Inglaterra, a passagem da defensiva à ofensiva e proclamava a vontade de unir todo o continente europeu nesta luta².

A propósito do ano de 1806, José Acúrsio das Neves, “acérrimo adversário de Napoleão”³, na sua obra *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, publicada pela primeira vez em Lisboa no anos de 1810 e 1811, escrevia:

“O ano de 1806 será um dos mais memoráveis nos anais políticos da Europa. O reino de Nápoles é tirado ao seu legítimo soberano, para ser dado a José Bonaparte; a República da Holanda transforma-se em monarquia a favor de Luis; desfaz-se o Império Germânico, em desprezo das bases do tratado de Presburgo; e levanta-se a confederação do Reno, dominada por Napoleão com o título de Protector, a qual o imperador da Áustria é obrigado a reconhecer, renunciando ao título de imperador da Alemanha e aos direitos a ele anexos. Que agigantadas obras para serem concluídas em menos de seis meses!”⁴.

O articulado do Decreto de Berlim contrastava com a política anterior de Napoleão, o qual não se tinha oposto ao bloqueio inglês, este, porém, ultrapassava as medidas tradicionais do mercantilismo e os rigores habituais para com os beligerantes. Por não dispor de meios para levar a cabo uma política ofensiva, pois, não controlava nem os portos através dos quais se fazia o essencial do comércio britânico, nem as rotas seguidas pelos produtos ingleses para penetrarem no interior do continente, tinha-se contentado, até esta altura, em reforçar o sistema proteccionista. Com a ocupação de Hamburgo, do litoral do Mar do Norte e do Báltico, tornava-se realizável o plano de «conquistar o mar pelo poder da terra». A partir de agora era possível aplicar proibições ao comércio inglês num espaço suficientemente grande e, portanto, capaz de causar dano à Grã-Bretanha. Na sequência de novas vitórias e, depois de Tilsit, o sistema continental tornava-se uma realidade, com o encerramento da Dinamarca,

¹ Professor Auxiliar do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CITCEM

² CROUZET, 1958: 209.

³ VICENTE, 2000: 345.

⁴ NEVES, s.d., vol. I: 190-191.

Rússia e Portugal ao comércio britânico. O Reino Unido viu o círculo fechar-se progressivamente à sua volta, de tal forma, que nos inícios de 1808, uma vez mais, de acordo com François Crouzet, a Europa e os Estados Unidos estavam quase completamente interditos ao seu comércio. Assim, a partir de finais de 1806, a Inglaterra conheceu um período difícil a nível económico, do qual só saiu no Verão de 1808, com a insurreição espanhola⁵.

O Decreto de Berlim, embora fizesse mais medo que mal, acabou por abalar o mundo comercial⁶. Jorge Borges de Macedo escreve que o Bloqueio Continental era, para a “*França imperial*” a “*única solução de que podia dispor para a luta contra a Grã-Bretanha, o que facilitava a resistência desta última e dos seus aliados*”. Aliás, segundo o mesmo autor, após Trafalgar, o “*domínio continental*” tornou-se “*a única arma disponível por Napoleão*”⁷. Refira-se, aliás, que o Bloqueio Continental foi também um instrumento de dominação económica da França. De facto, numa carta enviada ao vice-rei da Itália, príncipe Eugénio de Beauharnais, datada de 23 de Agosto de 1810, Napoleão afirmava que se o comércio inglês havia triunfado nos mares, isso devia-se ao facto dos britânicos terem a preponderância nos oceanos. Assim parecia-lhe lógico que a França, sendo superior em terra, devia dominar aí, em termos comerciais, pois, caso contrário tudo estaria perdido. Aliás, o seu lema era «*A França em primeiro lugar*»⁸.

Deste modo, o Bloqueio Continental vai ter repercussões na Península Ibérica. Aliás, de acordo com António Pedro Vicente, desde Janeiro de 1806 a Espanha estava a reunir um exército na fronteira da Estremadura, que ameaçava a província do Alentejo. D. Manuel Godoy achava que Lisboa não poderia manter, por muito tempo, o estado de neutralidade, pois, assim que Napoleão concluísse a paz no continente, recorreria a todos os meios para obrigar a Grã-Bretanha a fazer a paz com a França. E, obviamente, iria obrigar Portugal a fechar os seus portos aos navios ingleses, tanto de guerra como mercantes. A corte portuguesa, no entanto, durante algum tempo ainda manteve a esperança de que o país não fosse afectado. Embora a resolução napoleónica lhe fosse comunicada, devido “*a circunstâncias derivadas da guerra*”, apenas alguns meses mais tarde, o governo luso foi solenemente notificado⁹. Na realidade, o executivo português já anteriormente fora informado por Londres que Napoleão estava a preparar “*a invasão e conquista de Portugal*”, dado Talleyrand ter confiado tal informação a Lord Yarmouth¹⁰.

Numa obra recente, da autoria de Nicole Gotteri, intitulada *Napoleão e Portugal*, esta autora escreve o seguinte:

*“Napoleão, empenhado numa lógica de guerra económica, cujo êxito dependia duma rigorosa aplicação das medidas planeadas, não tinha os meios para pensar na situação particular dum reino prisioneiro das suas opções históricas. Tendo virado as costas à Europa, durante séculos, Portugal não podia dar uma reviravolta brusca sem pôr em jogo a sua sobrevivência, apesar das pressões da diplomacia francesa”*¹¹.

Ainda de acordo com Jorge Borges de Macedo, “*Portugal viria a tomar, no desenrolar dos acontecimentos, um papel decisivo*”, pois, de acordo com a lógica do Bloqueio Continental e, para que este fosse eficaz, qualquer país marítimo acabaria por ser envolvido. Ora, segundo o referido autor “*Portugal, com territórios nas duas margens do Atlântico e uma importante posição à entrada do Mediterrâneo, dotado de possessões na Índia e detentor de ilhas de fundamental interesse no oceano (Madeira, Açores, Cabo Verde), não tinha qualquer possibilidade de evitar o envolvimento no Bloqueio*”¹².

Não nos podemos esquecer, no entanto, que após os dois países ibéricos terem sido invadidos por Napoleão, as colónias da América do Sul abriram os seus mercados aos produtos ingleses. É de salientar que apesar das dificuldades porque a Grã-Bretanha passou, a economia de guerra prejudicou a economia Francesa, dado isto ter tido como resultado uma redução do tráfico ultramarino gaulês. De qualquer modo, o sistema continental causou descontentamento no Império Francês e pode ser ligado ao aumento dos movimentos de resistência. Além disto ter perturbado todos os padrões do comércio continental, de acordo com D. G. Wright, foram mais problemas do que os resultados positivos¹³. Na realidade, François Crouzet afirma, sem margem para dúvidas, “*que a instituição do Bloqueio Continental não provocou uma crise económica na Grã-Bretanha*”. Assim, o decreto

⁵ CROUZET, 1958: 209-210.

⁶ CROUZET 1958: 217.

⁷ MACEDO, s.l.: 338.

⁸ WRIGHT, 1984: 109-110

⁹ VICENTE, 2005: 194-196.

¹⁰ AZEREDO, 2006: 15.

¹¹ GOTTERI, 2006: 146.

¹² MACEDO, s. d: 340, 344-345; MACEDO, [1990]: 40-41.

¹³ WRIGHT, 1984: 3-55.

de Berlim não parece ter atingido nem o comércio externo, nem a prosperidade económica do Reino Unido. As circunstâncias, todavia, vão mudar no Verão de 1807¹⁴.

A Espanha acabou por aderir ao sistema continental e uma circular, datada de 19 de Fevereiro de 1807, proibia todas as relações comerciais com a Grã-Bretanha. Não terá, no entanto, passado de um gesto para apaziguar Napoleão, pois de acordo com François Crouzet, o comércio inglês não experimentou, nesta altura, mais dificuldades que nos anos anteriores. O contrabando, a partir de Gibraltar, continuou pujante, pois as autoridades espanholas eram não só negligentes como coniventes. Este escambo permaneceu de tal modo activo que, em 1807, as exportações das ilhas britânicas para o Rochedo conheceram um forte impulso, o mesmo acontecendo com as importações provenientes da Espanha¹⁵. No que diz respeito a Portugal, o autor mencionado refere o facto de o país continuar indemne, tendo a actividade comercial sido muito activa nos primeiros meses de 1807¹⁶. Não nos esqueçamos que o denominado Exército de Portugal, comandado por Junot, apenas atravessou a fronteira a 20 de Novembro de 1807, tendo entrado em Lisboa, a 30 desse mesmo mês¹⁷.

De acordo com David Chandler, o Príncipe Regente D. João tivera a ousadia de repelir o Sistema Continental, sendo, o Brasil, um novo e lucrativo mercado, além de que a armada britânica utilizava o porto de Lisboa como base de apoio às suas operações no Mediterrâneo e aos bloqueios de Toulon e de Marselha¹⁸. Recorde-se, no entanto, que, só com a chegada ao Brasil do Regente, em inícios de 1808, os portos desta colónia são abertos ao comércio com as nações estrangeiras. A conquista de Portugal tornava-se necessária, porque, segundo Chandler, a sua ocupação podia ser um útil preliminar a uma guerra com a Espanha¹⁹.

A 23 de Setembro de 1807, numa recepção, onde estava presente o embaixador português, Napoleão anunciava que a casa de Bragança deixaria de reinar, em menos de dois meses, caso não fizesse o que ele desejava; fechar os portos portugueses aos navios ingleses. Afirmava, ainda, que não toleraria um único representante britânico na Europa, dizendo-se pronto a declarar guerra a toda e qualquer potência que os acolhesse. O referido David Chandler escreve que o Regente D. João, que classifica de “*débil e sibarita*” decidira, nos inícios de Novembro, mudar de política, depois do fracasso da expedição inglesa contra Buenos Aires. Assim, após ter prometido aos ingleses que levaria a frota portuguesa para o Brasil, a fim de não poder ser utilizada contra a Grã-Bretanha, autorizaria o comércio directo com a colónia e arrendaria a ilha da Madeira à coroa britânica durante a guerra, acabara por adoptar três das exigências do ultimato napoleónico. Aceitara fechar os portos ao comércio britânico, declarar guerra ao Reino Unido e prender os ingleses residentes em Portugal. No entanto, de modo a não perder a face recusava-se a confiscar e entregar os bens dos britânicos, se bem que esta objecção fosse, de acordo com Chandler, de pouca importância²⁰.

Na realidade, conforme tivemos já oportunidade de demonstrar, os britânicos, residentes em território português, tomaram providências para salvaguardar os seus capitais e bens, tanto móveis como imóveis. E, desde Agosto de 1807, as autoridades inglesas começaram a tomar medidas para salvaguardar as fazendas dos seus compatriotas. Entre meados de Outubro e inícios de Novembro procedeu-se à evacuação de pessoas e fazendas a bordo de “comboios” de navios, que partiram tanto do Porto como de Lisboa. Assim, além de levarem para Inglaterra tudo quanto era transportável, nomeadamente os seus “*stocks*” de mercadorias e outras que adquiriram, de modo a transferirem os seus capitais, socorreram-se de vários estratagemas para protegerem os seus bens de raiz. Para este fim, recorreram a vendas ou hipotecas fictícias a portugueses, que, no caso do Porto, ficaram registadas nos livros notariais da cidade. Estas medidas revelaram-se eficazes, pois, deste modo, os ingleses, moradores no burgo portuense, a maior parte deles comerciantes, evitaram prejuízos de vulto, o que lhes permitiu regressar e retomar as suas actividades, assim que as tropas napoleónicas deixaram Portugal²¹. David Chandler, seguindo uma certa corrente historiográfica tradicional, diz que o Príncipe Regente D. João e a corte tinham partido precipitadamente

¹⁴ CROUZET, 1958: 239, 247.

¹⁵ CROUZET, 1958: 229-230.

¹⁶ CROUZET, 1958: 232-233.

¹⁷ ALMEIDA, 1934, vol. VI: 321-322.

¹⁸ CHANDLER, 2005: 640.

¹⁹ CHANDLER, 2005: 640.

²⁰ CHANDLER: 2005: 641.

²¹ RIBEIRO, [1990]: 34, 51, 54-55, 59, 87, 107-130; SANCEAU, 1970: 63; CROUZET, 1958: 257.

para o Brasil, acedendo aos pedidos do embaixador britânico, escoltados pela esquadra comandada pelo almirante Sir William Sidney Smith²².

Na realidade, já antes da intervenção napoleónica, que se adivinhava possível, se tinha decidido que a família real deixaria a metrópole, para se instalar na Madeira ou no Brasil. Desta maneira, evitava-se que o “*poder político-rei*” caísse na mão dos franceses, impedindo assim que, a exemplo doutros países, se visse obrigado a tomar atitudes danosas para a independência da nação. Aliás, não ficou em Portugal nenhum príncipe da casa de Bragança que de algum modo pudesse legitimar a ocupação napoleónica²³.

Na reunião do Conselho de Estado, que teve lugar à aproximação do exército capitaneado por Junot, este aspecto foi aí amplamente debatido pelos ministros D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Sousa e Almeida. É de notar que as discussões tidas no Conselho de Estado foram veiculadas ao comandante francês por intermédio do abade de S. Pedro do Vale, em Ponte da Barca, a quem fora enviado de Lisboa um documento com estes informes. Redigido em Francês, este está hoje guardado no *Service Historique de la Defense*, no *Département de l'Armée de Terre*, que funciona no castelo de Vincennes.

Segundo estes ministros, duas potências dispunham directa ou indirectamente da sorte de todas as outras. Cada uma delas, animada pelo espírito que lhe era próprio, agia em razão directa dos seus interesses, os quais apesar de diferentes estavam ligados aos de outros países. Por outro lado, caso se fizesse uma reflexão sobre o carácter e a condição destas duas nações, verificava-se que ambas não perdiam de vista os seus objectivos para os quais trabalhavam sem parar.

Muito realisticamente eram de opinião que dois elementos heterogéneos e opostos não se equilibrariam nunca, levando o crescimento de um à ruína do outro e aquilo que designam de “potências passivas” apenas podiam escolher a influência de uma das duas dominantes e todos os esforços tendentes a contrabalançar a acção de uma delas não poderia senão ser precária e fútil.

Relativamente à posição de Portugal, perguntava-se se o país se poderia subtrair à influência de qualquer das duas potências e, embora estas não sejam nomeadas, é óbvio que se estava a falar da França e da Grã-Bretanha. Caso a resposta a esta questão fosse negativa, o que fazer? Qual das duas nações seguir? E define o que Portugal pode esperar de cada uma delas.

Napoleão cuja preponderância continental era incontestada, não pensava senão no Império. A sorte das armas tendia a destruir qualquer meio de prosperidade, sendo o comércio a única barreira capaz de parar o progresso bélico, porque aumentava a riqueza e seduzia o espírito geral dos povos. A França, convencida que o tráfico comercial era uma fonte de força, tentava arrancá-lo às mãos da sua rival e aniquilar o comércio inglês. Deste modo a tendência do momento era a de destruir tudo o que lhe fosse contrário.

E, no Conselho do Príncipe Regente, perguntava-se quais os projectos que a França poderia ter relativamente a Portugal, país no qual via uma nação fraca, mas depositária de uma grande parte do comércio do globo. Os ministros declaravam-se convencidos que o país entrava no plano de aniquilamento das nações comerciais. Daí não verem qual o projecto ou o tratado que garantisse a Lisboa a sua existência política, de acordo com os interesses Napoleónicos. Aliás, o país sabia bem qual o valor dado a estes convénios, pois o último já fora violado. Assim, Portugal não podia senão esperar a sorte das coroas extintas ou submetidas, pois a nação oferecia mais recursos comerciais, sendo de todos os países da Europa, o que mais se encontrava exposto à subversão por parte da França. As relações de Lisboa com as outras nações europeias eram as da obediência e da dominação, a qual se tornaria mais dura à medida que a obediência se tornasse mais necessária.

Aliás, não somente a aniquilação da forma de governo português, como a escravatura dos seus povos, são uma consequência necessária destes princípios. Deste modo, nada se podia opor à França, nem esta tinha possibilidade de mudar as suas intenções.

No que diz respeito à Inglaterra, a sua grandeza baseava-se no comércio e mantinha, por um sistema oposto ao da sua rival, senão a melhora do comércio de Portugal, pelo menos a sua conservação. Além disto, olhava com avidez para todos os factores que lhe pudessem servir para os seus fins, utilizando, para esse efeito, a força e a indústria. Tendo percebido como funcionava o comércio continental tinha-se voltado para outras zonas do globo, até porque a Ásia e sobretudo a América ofereciam um vasto campo para as especulações comerciais. Desta

²² CHANDLER, 2005: 643.

²³ MACEDO, s. d.: 350-351.

maneira, a Grã-Bretanha passaria apenas a interessar-se pelas nações que se libertassem da influência da sua rival e concorressem de forma eficiente para a prossecução eficaz dos seus objectivos.

Dado a existência de Portugal assentar unicamente no comércio, mesmo se os recursos agrícolas e o exército ainda tivessem alguma importância, tinha necessidade de um apoio estrangeiro para manter o tráfico comercial, sem o qual não podia existir. Então, onde ir buscar esta cooperação, na nação que tem por objectivo a destruição de toda a actividade comercial ou naquela que tem o interesse em a fazer florescer?

Assim, havia apenas uma maneira de resolver o problema, tomar o partido do Reino Unido, por causa da coincidência de interesses, nem que isso pressupusesse a perda política e temporária duma província. Era assim que Portugal metropolitano devia ser encarado, se comparado com as vastas colónias lusas. E, como forma de reforçar esta ideia dava como exemplo o Hanover, perguntando se a Inglaterra tinha perdido a sua existência ou a sua grandeza política, ao ver a antiga pátria dos seus reis nas mãos dos seus inimigos. Desta maneira, Portugal, não apenas por causa da prosperidade futura, mas também devido à sua existência imediata como nação, tinha necessidade de *transferir* a sua metrópole para as suas possessões ultramarinas, onde não tinha a temer a influência continental, nem as incursões terrestres. E, a fim de atingir este objectivo, que o podia salvar, tornava-se necessário recorrer à força marítima existente.

Portugal deveria aproveitar, o mais cedo possível, a protecção britânica que não seria equívoca enquanto coincidissem com os seus interesses e muito arriscada caso se afastasse deles. Na realidade, toda e qualquer negociação com a Inglaterra que não tivesse este objectivo, não o colocaria ao abrigo das invasões, pois uns sacrificavam infalivelmente o país aos outros. E, ia-se ao ponto de afirmar que qualquer deliberação que não tivesse em mente este ponto de vista, tendo em conta a situação política, teria de ser considerada como uma indiferença criminosa e como pólo de atracção de calamidades.

Este documento, destinado a ser lido por Junot, escrito num Francês pouco cuidado, no fundo pretende ser um resumo das ideias de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de Sousa e Almeida, acerca da atitude a tomar, ante a difícil conjuntura que o país tinha de enfrentar. No entanto, o seu autor não se coíbe de afirmar que isto é uma exposição sumária das manhas de dois amigos que consagram a sua vigília e as suas reflexões ao bem e à segurança do príncipe, bem como à da nação a que pertencem. Por isso mesmo, ousam indicar ao seu soberano os sentimentos de fidelidade que os animavam. Além disto, já anteriormente afirmara que os britânicos haviam tentado, de forma falaciosa, conseguir que o Regente D. João renunciasse a todo o sistema agrícola, como impraticável em Portugal²⁴.

Este documento contemporâneo dos acontecimentos, além de confirmar tudo quanto atrás dissemos, mostra também que os franceses possuíam bons agentes secretos na corte de Lisboa. Deste modo, Junot, ainda antes de cruzar a fronteira portuguesa sabia qual o clima que se vivia nos círculos mais próximos do Regente. Por outro lado, a decisão de levar a corte e a família real para o Brasil, sacrificando a metrópole, fora tomada atempadamente e não precipitadamente como ainda hoje alguns autores querem fazer crer.

De acordo com François Crouzet, ante o agravamento da situação, durante o último trimestre de 1807, a única boa notícia que o gabinete de Londres recebera fora a partida da corte Portuguesa para terras sul-americanas. Tudo o resto era pouco tranquilizador. Na realidade, a evacuação de Portugal pelos ingleses aí residentes, a ocupação do país pelos exércitos napoleónicos e espanhóis, a ruptura luso-britânica, a declaração de guerra à Rússia, a aplicação rigorosa do Bloqueio Continental e a tensão nas relações anglo-americanas eram factos preocupantes para o futuro imediato do Reino Unido²⁵.

A ida da corte de Lisboa para o Brasil deu um novo alento ao governo inglês e aos seus apoiantes, que se começavam a inquietar com o fecho dos portos da Europa continental ao seu comércio. A propósito, Lord Melville afirmava, de modo entusiástico, ter confiança que a casa de Bragança, graças aos seus próprios recursos e à ajuda britânica, fosse capaz de infligir represálias ao inimigo, reunindo toda a América do Sul num vasto império. Igual discurso mantinha a oposição, que classificava a colónia portuguesa como o *El Dorado* capaz de fornecer a madeira necessária à *Royal Navy* e provisões às Índias Ocidentais inglesas. Apesar disto, mostrava-se menos entusiasta quanto aos bons resultados desta medida. François Crouzet escreve que o comércio com o Brasil foi a prancha de salvação sobre a qual se precipitaram, com a energia do desespero, muitos industriais e comerciantes. No entanto,

²⁴ Service Historique de la Défense. Département de l'Armée de Terre. N.º. 24 – Ministre de Souza e Almeida.

²⁵ CROUZET, François, 1958: 270.

apesar do carácter espectacular da abertura do Brasil ao comércio britânico, não nos podemos esquecer da grande importância do tráfico com as colónias espanholas, mas que se desenvolveu de forma mais discreta²⁶.

A estada da corte no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821, teve uma importância enorme, pois de acordo com António Pedro Vicente com a sua chegada “*tinha início a última etapa de um processo autonomista que culminou na independência política do Brasil*”²⁷. Por seu lado, para Kenneth Light a transmigração da família real de Portugal acabou por ter uma série de “*consequências positivas para Portugal, Brasil e Inglaterra*”²⁸. A já citada Nicole Gotteri, na sua obra *Napoleão e Portugal*, publicada pela primeira vez em 2004, sustenta “a tese da fuga” e escreve:

“*Para tentar salvar a monarquia, o Regente abandonava os Portugueses à sua sorte, na luta implacável que ia opor dois imperialismos. Abandonava também, violando promessas feitas, todos os regimentos estrangeiros ao seu serviço, em particular os regimentos de emigrantes franceses que deixava à mercê das tropas napoleónicas.*”

Curiosamente um contemporâneo, José Acúrsio das Neves, na sua já citada obra *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, afirmava a propósito da viagem da família real para o Brasil:

“*No dia 26 [de Novembro de 1807] apareceu o decreto em que o Príncipe Regente fez pública a sua intenção de transportar-se com S. Majestade e toda a Real Família à cidade do Rio de Janeiro até à paz geral; pois que apesar de ter procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade, exaurindo o erário e chegando a fechar os portos dos seus reinos aos vassallos do seu antigo e leal aliado o rei da Grã-Bretanha, via que pelo interior de Portugal marchavam tropas do imperador dos franceses, a quem se havia unido no continente, na persuasão de não ser mais inquietado, e que estas tropas se encaminhavam à capital, dirigindo-se muito particularmente contra a sua real pessoa: tomando igualmente em consideração evitar as funestas consequências que podiam seguir-se de uma defesa que seria mais nociva que proveitosa, e o persuadir-se que os seus leais vassallos seriam menos inquietados ausentando-se S. A. Real*”.

* * *

O Bloqueio Continental, decretado por Napoleão a 21 de Novembro de 1806, complementado depois pelo Decreto de Milão, de 23 de Novembro de 1807, conforme acabámos de ver, teve uma enorme importância para o futuro de Portugal e do Brasil. Levou a três intervenções armadas em Portugal metropolitano, entre 1807 e 1811, que perturbaram a economia e a vida social do país. Obrigou à partida, e não à fuga, como disse certa historiografia, da família real para a América do Sul, facto que vai ser capital para o desenvolvimento da colónia brasileira e para a sua independência política. Oliveira Lima afirma que a opinião pública considerava “*mais instintivamente do que conscientemente, Dom João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira.*”²⁹ E, o general Carlos de Azeredo na sua recente obra *Aqui Não Passaram! O erro fatal de Napoleão* escreve, baseando-se em Louis-Adolphe Thiers, que a acertada decisão, tomada pelos responsáveis portugueses, de deixar a Península “*tão atacada por muitos, foi vista na Europa como um belo golpe político contra o Imperador*”³⁰. Para terminar gostaríamos de lembrar as seguintes palavras de Luís A. de Oliveira Ramos “*muito embora a mudança da capital para a América do Sul constitua aos olhos da história uma medida acertada (...) não deixa de ser exacto que na época a decisão régia provocou acesa discussão e deu azo a desencontradas reacções*”³¹.

²⁶ CROUZET, 1958: 313-314, 317-318.

²⁷ VICENTE, 2005: 28.

²⁸ LIGHT, 2005: 267

²⁹ LIMA, 1996: 21.

³⁰ AZEREDO, 2006: 21-22.

³¹ RAMOS, 1980: 49.

Referências

Fontes

Service Historique de la Défense. Département de l'Armée de Terre. *État Major de l'Armée de Terre. Article 15, section 1. Campagnes. §15 – Guerre d'Espagne et du Portugal de 1807 à 1814. 1VN 11. N.º. 24* – Ministre de Souza e Almeida.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lopes – *A Guerra Peninsular* in “História de Portugal”, dir. Damião Peres e Eleutério Cerdeira, VI Volume. Barcelos: Portucalense Editora, 1934, p. 321-348.
- AZEREDO, Carlos de – *Aqui não passaram! O erro fatal de Napoleão*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2006.
- CHANDLER, David – *Las campañas de Napoleón. Un emperador en el campo de batalla de Tolón a Waterloo (1796-1815)*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.
- CROUZET, François – *L'Économie Britannique et le blocus continental (1806-1813)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958
- GOTTERI, Nicole – *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Editorial Teorema, 2006.
- LIGHT, Kenneth – *A transmigração da família real de Portugal 1807-1808* in “Guerra Peninsular. Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia. Actas do Congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002”, Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 267-285.
- LIMA, Oliveira – *Dom João VI no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MACEDO, Jorge Borges – *O Bloqueio Continental*. 2ª. ed. Lisboa: Gradiva, [1990].
- MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. S.l.: Instituto de Defesa Nacional, s. d.
- NEVES, José Acúrsio das – *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino* in “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”. Porto: Edições Afrontamento, s.d., vol. I.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O Porto e as origens do Liberalismo (subsídios e observações)*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1980.
- RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, [1990].
- SANCEAU, Elaine – *The British Factory Oporto*. Barcelos: British Association Oporto, 1970.
- VICENTE, António Pedro – *José Acúrsio das Neves – Panfletário Antinapoleónico* in em “O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos. 2ª. ed., Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 345-361.
- VICENTE, António Pedro, 2005 – *Portugal em 1808. Outro cenário de la Guerra Peninsular*. “Revista de Historia Militar”, Madrid, Instituto de Historia y Cultura Militar, Año XLIX, p. 191-235.
- VICENTE, António Pedro – *Portugal perante a política napoleónica: “dos bloqueios” continentais à invasão de Junot* in “Guerra Peninsular. Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia”. Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 15-30.
- WRIGHT, D. G. – *Napoleon and Europe*. Londres e Nova Iorque: Longman, 1984.